



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

EDITAL

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3549, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.010707/2025-34, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **aquisição e instalação de equipamentos do tipo desktop com monitor e mecanismo de elevação novos, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, incluindo as obrigações acessórias de implantação, para instalação no Plenário 15 do Edifício Anexo 2 – Bloco C, Ala Alexandre Costa - Comissão de Educação.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 29/9/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **aquisição e instalação de equipamentos do tipo desktop com monitor e mecanismo de elevação novos, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, incluindo as obrigações acessórias de implantação, para instalação no Plenário 15 do Edifício Anexo 2 – Bloco C, Ala Alexandre Costa - Comissão de Educação**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta consórcios de empresa ou as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.2.1. As pessoas jurídicas reunidas em consórcio deverão atender à todas as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, e quando de sua constituição deverá ser observado o disposto nos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.



SENADO FEDERAL

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III– DOS CONSÓRCIOS

3.1. Admite-se a participação de licitantes reunidos em qualquer número sob a forma de consórcio, considerando o vulto e a complexidade do objeto do certame, como forma de ampliar a competitividade e oportunizar que empresas que individualmente não deteriam capacidade técnica, operacional ou econômico-financeira suficiente possam se associar e apresentar proposta demonstrando sua aptidão para executar adequadamente o objeto demandado pelo Senado, desde que observadas as condições estabelecidas neste edital.

3.2. Obtendo a melhor proposta, na fase de habilitação, deverá ser apresentado pela licitante compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa-líder, que será responsável por sua representação perante o SENADO.

3.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo SENADO e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3.4. No compromisso de constituição do consórcio deverão estar discriminadas a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato.



SENADO FEDERAL

3.4.1. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante toda a vigência do contrato.

3.4.2. O prazo de duração de consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.

3.5. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório, sendo que:

3.5.1. Admitir-se-á o somatório da capacidade técnica de cada empresa consorciada.

3.5.2. Para fins de qualificação econômico-financeira, admitir-se-á o somatório dos valores de cada empresa consorciada.

3.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outra licitante.

3.7. Estará impedida de participar do consórcio a empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

3.8. Não poderá participar do consórcio empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, Senadores e servidores do Senado Federal, bem como os ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção do Senado Federal.

3.9. A participação do consórcio no pregão eletrônico mediante o acesso ao Sistema Eletrônico Compras.gov.br, será realizada em nome da empresa-líder, que atuará como responsável por todas as transações efetuadas durante o certame.

3.10. Os consorciandos deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria diferente de seus integrantes.

CAPÍTULO IV – DA VISTORIA

4.1. É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (COINTI) do Senado Federal, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 1 (um) dia útil**, contado da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações físicas de implantação da solução.

4.1.1. A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, nos horários das 9h30 às 17h30, por meio de um dos informados na tabela a seguir:

Nome	e-mail	Telefone
Giuliano Macedo Arruda	giuliano@senado.leg.br	(61)3303-3933
Fábio Henrique Mendes de Brito	fbrito@senado.leg.br	(61)3303-2580



SENADO FEDERAL

4.1.2. Em virtude da agenda legislativa dos plenários das comissões do Senado Federal, a solicitação de vistoria deverá ser submetida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública.

4.1.3. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

4.1.4. As vistorias poderão ocorrer presencial ou remotamente, por meio de ferramenta de vídeo conferência, que permita reproduzir o ambiente físico de instalação dos equipamentos objetos da presente contratação. Todos os detalhes relativos à vistoria remota serão fornecidos por ocasião do agendamento a ser realizado, devendo atender aos subitens a seguir:

4.1.4.1. Para a realização da vistoria remota, o Senado Federal deverá atuar como o organizador da reunião, efetuando o agendamento na ferramenta de vídeo conferência e disponibilizando aos vistoriadores o *link* de acesso.

4.1.4.2. A ferramenta a ser utilizada pelo Senado Federal para a realização das vistorias remotamente será preferencialmente o *Microsoft Teams*, que permite a participação de usuários externos como “convidados”, não gerando ônus relativo à aquisição de licenças do software por parte dos vistoriadores.

4.1.4.3. Em casos excepcionais, onde por motivos de ordem técnica não seja possível utilizar o software *Microsoft Teams*, poderão ser utilizadas outras ferramentas que permitam a realização da vistoria remota sem ônus de licenciamento, estando ambas as partes cientes das limitações impostas pelo uso gratuito de tais ferramentas, e cabendo ao Senado Federal a definição da solução que será utilizada em tal situação de excepcionalidade.

4.1.5. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá fornecer antecipadamente documento de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

4.1.5.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

4.1.5.2. A entrega do documento comprobatório de vínculo deverá ser feita preferencialmente por e-mail, com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência da reunião agendada, contendo cópia do documento a ser analisado, ou no início da reunião por vídeo conferência na qual se dará a vistoria remota, mediante transferência de cópia do documento pela ferramenta de vídeo conferência utilizada.

4.1.5.3. A vistoria será condicionada à assinatura prévia do Termo de Sigilo do Vistoriador, constante do Anexo 5, bem como do Termo de Sigilo da Licitante, constante do Anexo 4.

a) A assinatura poderá ser realizada por meio do sistema Gov.br ou outro equivalente, a critério do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

4.1.5.4. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 4.1.5, não será executada a vistoria.

4.2. Realizada a vistoria, a licitante receberá um e-mail de servidor do SESIET (Serviço de Suporte à Infraestrutura e Estações de Trabalho) responsável pela condução da vistoria, confirmando a sua participação e este e-mail será considerado o “Termo de Vistoria”.

4.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante no Anexo 7, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

4.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

CAPÍTULO V- DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

5.4.1. Prazo de execução conforme tabela a seguir:

Evento	Descrição	Prazo
1	Reunião de Alinhamento	Até 10 (dez) dias úteis após a data de assinatura do contrato.
2	Entrega dos equipamentos e elementos complementares e acessórios descritos na tabela do Item 1 do Anexo 2 do edital	Até 60 (sessenta) dias corridos após a data de assinatura do contrato.
3	Objeto do contrato todo instalado e em pleno funcionamento	Até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos equipamentos.



SENADO FEDERAL

4	Termo de Recebimento Provisório	Até 5 (cinco) dias úteis após a instalação do objeto.
5	Termo de Recebimento Definitivo	Até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
6	Início da Garantia de Funcionamento	A partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.4.2. Prazo de garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, conforme condições estabelecidas no Anexo 2 do edital.

5.5. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.6. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

5.6.1. de condições de participação:

5.6.1.1. sobre ciência do edital;

5.6.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

5.6.2. para fins de habilitação:

5.6.2.1. sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

5.6.2.2. sobre inexistência de impedimento à habilitação;

5.6.2.3. sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

5.6.2.4. sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.6.2.5. sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

5.6.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

5.6.3.1. sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

5.6.3.2. sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.7. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

5.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.



SENADO FEDERAL

5.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO VI – DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo *e-mail* licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VII – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.3.

7.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a



SENADO FEDERAL

regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

7.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 7.3.

CAPÍTULO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

8.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 8.4 e diante do exposto no item 8.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

8.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

8.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



SENADO FEDERAL

8.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

9.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

9.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.3.1.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

9.3.1.2. não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.



SENADO FEDERAL

9.4. A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

9.4.2. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.

CAPÍTULO XI – DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

11.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 9 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

12.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br,



SENADO FEDERAL

devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.1.4. Será obrigatório, para o Item 1 (Microcomputadores do tipo desktop com monitor), que a licitante apresente, após o encerramento da fase de análise das propostas, a seguinte documentação, como comprovação dos requisitos de sustentabilidade exigidos para o objeto em alinhamento com o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS):

12.1.4.1. Certificação EPEAT nível bronze ou superior para os equipamentos ofertados.

a) A certificação deverá ser emitida por entidade independente, reconhecida internacionalmente, e que ateste o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental para produtos eletrônicos.

12.1.4.2. Comprovante (mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova) que ateste que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

12.1.4.3. Certificação EnergyStar, ou equivalente que atenda aos critérios de eficiência energética estabelecidos pelo Anexo E da Portaria nº 170/2012, do INMETRO.

12.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

12.1.6. A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 12.1.5 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

12.1.7. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.1.8. A proposta será desclassificada quando:

12.1.8.1. conter vícios insanáveis;

12.1.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

12.1.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;



SENADO FEDERAL

12.1.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

12.1.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.1.9. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 12.1.8.4 acima.

12.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos valores unitários, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo 1).

12.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

12.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3. Se houver indícios de inexecutibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

CAPÍTULO XIII – DA AMOSTRA

13.1. O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, sendo 1 (um) exemplar completo dos itens 1 e 2 (conforme Anexo 2 do edital), a ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

13.1.1. O item submetido à amostra deverá ser construído com materiais novos, nos termos constantes das especificações do Anexo 2 do edital, e demais documentações técnicas, a fim de verificar a adequação com o especificado.

13.1.1.1. A amostra apresentada deverá estar em pleno funcionamento, instalada em um móvel compatível e fornecido pela própria licitante, de modo a permitir a avaliação prática da solução proposta. O objetivo é possibilitar a verificação da operação integrada dos equipamentos com o mobiliário, contemplando aspectos como encaixe, ergonomia e funcionamento dos mecanismos, e não apenas a conferência visual ou as características técnicas dos componentes isolados.

13.1.2. O prazo de entrega da amostra estabelecido no item 13.1 poderá ser excepcionalmente dilatado por decisão fundamentada do Pregoeiro desde que haja solicitação formal da licitante convocada através do e-mail licita@senado.leg.br em razão de fato relevante e superveniente devidamente comprovado.



SENADO FEDERAL

13.1.3. A análise das amostras será realizada por Comissão de Análise e Avaliação de Amostras, designada formalmente para esse fim, que verificará a qualidade das amostras e o atendimento ao exigido neste Edital, aceitando ou não aceitando as amostras.

13.2. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, quando possível em suas embalagens originais da respectiva marca, e com etiquetas com identificação do nome da empresa e a identificação do item de acordo com a descrição do objeto (Anexo 2 do edital), na quantidade indicada no item 13.1, para os testes de qualidade, análise e comparação do aspecto físico, no SAEQUI (Serviço de Administração de Equipamentos), situado na Via N2, Bloco 16, SENADO FEDERAL, Praça dos Três Poderes - Brasília-DF, CEP 70.165-900.

13.2.1. As amostras deverão ser entregues em dias úteis, das 8h às 17h, conforme agendamento prévio pelos telefones (61) 3303-2567 ou (61) 3303-2560, ou pelo e-mail: saequi@senado.leg.br, com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

13.2.1.1. As despesas de frete serão por conta da licitante.

13.2.2. No momento da entrega da amostra, a licitante deverá apresentar um Termo de Recebimento de Amostra, em 2 (duas) vias, onde constarão os itens entregues de acordo com a numeração deste Edital, a identificação do Pregão Eletrônico, a data e horário da entrega e a assinatura do representante legal do licitante.

13.2.2.1. Após a conferência dos itens, um dos fiscais técnicos da presente contratação assinará as 2 (duas) vias do referido Termo, permanecendo de posse de uma e entregando a outra ao responsável pela realização da entrega das amostras.

13.3. Será permitido fazer ajustes ou modificações nas amostras para fins de adequá-la à especificação do Anexo 2 do edital.

13.3.1. Vencido o prazo de entrega da amostra, não será permitido fazer ajustes ou modificações no equipamento apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do Anexo 2 do edital.

13.3.2. Quando não houver descrições suficientes nas embalagens dos produtos, a licitante poderá apresentar manuais, catálogos e/ou prospectos das amostras, com as respectivas especificações técnicas fornecidas pelo fabricante de cada produto.

13.3.3. Cabe à licitante apresentar, com a amostra, o que julgar necessário e útil para a análise, a fim de corroborar na análise e avaliação, comprovando que atende ao descritivo solicitado.

13.4. O resultado da análise será devidamente justificado e constará de Laudo de Análise e Avaliação das Amostras, o qual será disponibilizado pelo Pregoeiro, para consulta das licitantes.

13.5. Caso algum item tenha uma das amostras não aceita, apresentar alguma irregularidade ou inconformidade, ou ainda se não tiverem sido apresentadas amostras para todos os itens, ou se a licitante apresentar para amostra produto com marca diferente da indicada na sua proposta, terá a respectiva amostra desclassificada. Neste caso, será convocada para apresentação de amostras, nas mesmas condições, a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.



SENADO FEDERAL

13.6. As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

13.6.1. Em caso de rejeição, as amostras serão devolvidas no estado em que se encontrarem após o processo de análise e avaliação prática e técnica (podendo ser abertos, manuseados, utilizados), pela Comissão de Análise e Avaliação de Amostras para verificação de sua qualidade e o atendimento às características solicitadas.

13.6.2. No caso de aprovação da amostra, desde que esteja em perfeito estado de funcionamento e sobre ela sejam aplicáveis todas as condições de garantia de funcionamento, esta será considerada como unidade entregue do objeto. Neste caso, a garantia será vigente a partir da assinatura do contrato, assim como todas as demais disposições deste edital e seus anexos.

13.7. Após publicização do Laudo de Análise e Avaliação das Amostras, caberá recurso, nos mesmos prazos e condições dispostas neste edital.

CAPÍTULO XIV – DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

14.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

14.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

14.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

14.3.1.1. O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, mediante venda, no mínimo, 10 (dez) *desktops*, *notebooks* ou *workstations*, com no mínimo, 4 GB de memória RAM e, no mínimo, 64 GB de disco SSD, não necessariamente com as exatas especificações contidas no Anexo 2 deste edital.

a) Será permitido o somatório de atestados para atender à exigência constante do item 14.3.1.1.



SENADO FEDERAL

14.3.1.2. Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

14.3.1.3. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto no subitem 4.4 deste edital.

14.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.3.2.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta; ou alternativamente;

b) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

b.1) Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

b.2) Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

b.3) Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

14.3.2.2. Para fins de qualificação econômico-financeira, em caso de consórcio, como forma de se obter os índices contábeis exigidos neste edital, poderá ser utilizado o somatório dos valores dos balanços patrimoniais das empresas consorciadas, com acréscimo de 10 % (dez por cento) sobre o valor exigido da licitante individual.

a) Em se tratando de consórcio composto em sua totalidade por microempresas ou empresas de pequeno porte, não se aplica o acréscimo previsto no subitem 14.3.2.2.

14.3.2.3. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

14.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:

14.3.3.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 5.6.2 deste edital.

14.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

14.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 14.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.



SENADO FEDERAL

14.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

14.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

14.5. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

14.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

14.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

14.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 14.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

14.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo III, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

14.6.1.1. em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas.

14.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

14.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

14.6.5. A apresentação de documentos de que trata o subitem 14.6 será realizada em observância ao disposto no item 14.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.



SENADO FEDERAL

14.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 14.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

14.7.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

14.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

14.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

14.7.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 14.6 e 14.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

14.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

14.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

14.9. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

14.10. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;



SENADO FEDERAL

14.10.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.11. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

14.11.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

14.12. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

14.12.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

14.12.1.1. identidade dos sócios;

14.12.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

14.12.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

14.12.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

14.12.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

14.12.1.6. identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

14.12.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

14.12.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

14.12.3.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;



SENADO FEDERAL

14.12.3.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XV – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

15.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XVI – DO RECURSO

16.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

16.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

16.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 16.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

16.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 16.1.2.

16.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

16.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

16.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

17.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

17.3. O objeto deste Pregão será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVIII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 18.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 18.1.

18.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 18.1.

18.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 18.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A licitante vencedora, quando reunida em consórcio, fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do item 2.2.1 e do compromisso referido no Capítulo III deste edital.

18.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

18.3.1. Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 18.3.3.

18.3.2. Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

18.3.3. Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da



SENADO FEDERAL

situação de inadimplência no prazo previsto no item 18.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

18.3.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 18.3.3.

18.3.5. Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 18.3.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XIX – DAS PENALIDADES

19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 18.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

19.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 18.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 19.1.

19.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

19.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

19.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

20.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

20.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

20.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração responde-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.



SENADO FEDERAL

20.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

20.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

21.2. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência;

Anexo 2 – Especificações Técnicas;

Anexo 3 – Documentos Técnicos Complementares:

a) **Anexo 3A** – Pranchas Gráficas;

b) **Anexo 3B** – Fichas de Especificações;

c) **Anexo 3C** – Memorial Descritivo das intervenções de infraestrutura e marcenaria necessários para consecução do objeto.

Anexo 4 – Termo de Sigilo – Licitante;

Anexo 5 – Termo de Sigilo – Vistoriador;

Anexo 6 – Termo de Sigilo – Contratada;

Anexo 7 – Modelo de Termo de Vistoria e de Declaração de Dispensa de Vistoria;

Anexo 8 – Minuta do Contrato; e

Anexo 9 – Modelo de Apresentação de Proposta.

21.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

21.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.



SENADO FEDERAL

21.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

21.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

21.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

21.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXII – DO FORO

22.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 10 de setembro de 2025.

SUZANA MARTINS MENDES

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Aquisição e instalação de equipamentos do tipo desktop com monitor e mecanismo de elevação novos, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, incluindo as obrigações acessórias de implantação, para instalação no Plenário 15 do Edifício Anexo 2 – Bloco C, Ala Alexandre Costa – Comissão de Educação.					
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexos 2 e 3 do edital.					
JUSTIFICATIVA	A presente contratação visa garantir a manutenção das atividades relacionadas às áreas fim da Casa, visando manter o desempenho, disponibilidade e segurança de tecnologia da informação. A substituição das estações de trabalho atuais por equipamentos modernos permitirá mitigar riscos associados a vulnerabilidades do sistema operacional, aumentar a disponibilidade e melhorar o desempenho geral, pois entregará equipamentos com poder de processamento compatível com a evolução dos <i>softwares</i> específicos e compatíveis com os requisitos do trabalho das áreas demandantes.					
CATMAT/CATSER	CATMAT (Item 1) – 462081 CATSER (Item 2) – 27111					
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global.					
PREÇO(S) ESTIMADO(S) E QUANTIDADE(S)	Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
	1	Microcomputadores do tipo <i>desktop</i> com monitor (16 GB RAM, 240 GB SSD), conforme especificações do Anexo 2 do edital.	23	Unidade	9.150,00	210.450,00
	2	Gabinetes com mecanismos de elevação (incluída a instalação completa do sistema, com infraestrutura, cabos e elementos acessórios e complementares necessários), conforme especificações do Anexo 2 do edital.	23	Unidade	22.000,00	506.000,00
	Valor Total Estimado (R\$) *		R\$ 716.450,00			
	*O valor total estimado contempla também os custos indiretos com as obrigações acessórias de garantia de funcionamento e implantação, mesmo que não estejam discriminados como itens autônomos.					



SENADO FEDERAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Quarta da minuta de contrato (Anexo 8).
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 8).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 Natureza da Despesa: 449052
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo 8).
LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	Os equipamentos deverão ser entregues no Serviço de Administração de Equipamentos – SAEQUI/PRODASEN, localizado na Via N2, Bloco 16, CEP: 70.165-900, Brasília-DF. A instalação dos equipamentos será realizada no Anexo 2 – Bloco C, Plenário 15, Ala Alexandre Costa (Comissão de Educação), CEP: 70.165-900, Brasília-DF.

SUZANA MARTINS MENDES

Pregoeira



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200. 010707/2025-34)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Especificações técnicas do objeto

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações
1	23	Unidade	Microcomputadores do tipo <i>desktop</i> com monitor (16 GB RAM, 240 GB SSD)
2	23	Unidade	Gabinets com mecanismos de elevação (incluída a instalação completa do sistema, com infraestrutura, cabos e elementos acessórios e complementares necessários)

2. Item 1 - Microcomputadores do tipo Desktop. Especificações técnicas:

2.1. Garantia de Funcionamento por 60 (sessenta) meses.

2.1.1. 2.1.1.1. Deverão ser fornecidos 23 (vinte e três) unidades do equipamento proposto, incluindo todos os componentes e acessórios, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, contados da data do recebimento definitivo dos equipamentos, conforme Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 8), nos termos que seguem.

2.1.1.1. A garantia dos equipamentos deverá ser provida pelo fabricante dos equipamentos, por meio de sua rede de assistência técnica. Caso a Contratada não seja fabricante, anexar “Declaração do Fabricante informando que a Contratada é revenda autorizada” para os equipamentos solicitados no edital, quando da assinatura do contrato;



SENADO FEDERAL

2.1.1.1.1. Amparada no art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, esta exigência tem por objetivo assegurar que a garantia dos equipamentos seja respaldada pela rede oficial de assistência técnica do fabricante, garantindo suporte técnico especializado, qualidade dos produtos e segurança na execução contratual. Ademais, a medida protege o interesse público ao mitigar riscos decorrentes da comercialização por terceiros não autorizados, preservando a continuidade dos serviços e a integridade técnica dos bens fornecidos.

2.1.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar declarações ou certificados do FABRICANTE, juntamente com os equipamentos entregues, comprovando que o produto possui a garantia solicitada no contrato, no edital e seus anexos.

2.1.2. O serviço de garantia será prestado com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional ao SENADO, devendo englobar a remoção de problemas apresentados, quer sejam causados por materiais, drivers ou defeitos em componentes. Deve englobar também a solução de problemas de configuração (de BIOS / UEFI, por exemplo);

2.1.3. A garantia será em regime 10x5 (dez horas por dia e cinco dias por semana, ou seja, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, excluídos feriados) para reposição de peças, mão de obra e atendimento *on-site*, por meio das assistências credenciadas e autorizadas pelo fabricante da marca ofertada, permanecendo a CONTRATADA totalmente responsável por tais serviços:

2.1.3.1. Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o SENADO, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

2.1.3.2. O tempo para o início da solução de defeitos deverá ser de até 2 (duas) horas úteis, assim entendidas as horas que estejam no intervalo de horário definido no item 2.1.3, contados a partir do momento de abertura do chamado de garantia;



SENADO FEDERAL

2.1.3.3. O tempo de solução definitiva de defeitos deverá ser de até 5 (cinco) dias úteis, excluídos sábados, domingos e feriados, contados a partir do momento de abertura do chamado de garantia;

2.1.3.4. O conserto rápido, assim como a retirada e devolução do equipamento, caso **ele** precise ser removido, deverá acontecer no Serviço de Administração de Equipamentos – SAEQUI, na Via N2, Bloco 16 – Galpão da COATEN/SAEQUI, do Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal;

2.1.3.5. O serviço de garantia poderá utilizar apenas peças e componentes originais e novos, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo SENADO.

2.1.4. Caso ocorra qualquer problema na unidade de armazenamento:

2.1.4.1. Sua substituição deverá ser realizada no local onde o equipamento se encontra instalado. É vedado o envio da unidade de armazenamento pelo correio ou por quaisquer outros meios de entrega;

2.1.4.2. A troca da unidade de armazenamento danificada deverá ser feita por profissional qualificado e capaz de realizar a substituição de tal componente, necessariamente na presença de um técnico do SENADO;

2.1.4.3. Em caso de troca da unidade de armazenamento, o componente defeituoso permanecerá em posse do SENADO, por medida de segurança e confidencialidade de informações.

2.1.5. Todos os *drivers* para os sistemas operacionais suportados, inclusive as atualizações durante todo o período de garantia, devem estar disponíveis para *download* no *website* do fabricante do equipamento.

2.2. Processador

2.2.1. O processador deverá atingir o valor mínimo de 17.000 (dezesete mil) pontos no índice “Passmark CPU Mark”, observando-se os seguintes critérios:

2.2.1.1. A verificação acerca da pontuação mínima do processador estabelecida acima, será realizada mediante consulta ao sítio virtual <<http://www.cpubenchmark.net/>>, a



SENADO FEDERAL

partir das páginas referentes a “CPU CHART”, conforme o processador se enquadre nas classes *High End CPUs*, *High Mid Range CPUs*, ou *Low Mid Range CPUs*;

2.2.1.2. Será utilizado o valor da mediana do processador, conforme apresentado na referida página;

2.2.1.3. O valor considerado será aquele constante na referida página na data da verificação da proposta;

2.2.1.4. Não serão aceitos resultados de testes avulsos ou provenientes de páginas diferentes da referida.

2.2.2. Além de atingir o índice de desempenho exigido, deverá ser entregue um processador que atenda minimamente às seguintes especificações:

2.2.2.1. Arquitetura de 64 bits;

2.2.2.2. Processador com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) *threads* (linhas de execução);

2.2.2.3. Processador lançado no mercado a partir do primeiro trimestre de 2023 (Q1'23);

2.2.2.4. Possuir tecnologia de aumento dinâmico de frequência (como *turboboost* ou similar), capaz de atingir frequência turbo máxima de 4.0 GHz ou mais nos núcleos. Caso possua núcleos de performance apenas estes serão considerados;

2.2.2.5. Memória *cache* de 16MB no mínimo;

2.2.2.6. Suporte a virtualização de CPU;

2.2.2.7. Suporte a instruções SSE 4.1, 4.2 e AVX 2;

2.2.2.8. Suporte à memória DDR5-4400 ou superior;

2.2.2.9. Suporte a 32 GB (trinta e dois gigabytes) de memória ou mais.

2.2.3. O processador deverá estar e se manter em linha de produção por pelo menos 90 (noventa) dias após a publicação do edital. Processadores descontinuados não serão aceitos.



SENADO FEDERAL

2.2.4. É obrigatório informar na proposta a marca e modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2.3. Memória

2.3.1. Memória RAM de, no mínimo, 16 GB (dezesesseis gigabytes), padrão DDR4-3200 ou superior.

2.4. Placa Principal

2.4.1. Deverá ser compatível com o processador solicitado obedecendo às seguintes características:

2.4.1.1. Ser do mesmo fabricante do computador ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo (OEM, homologada pelo fabricante do computador). Não serão aceitas placas principais de livre comercialização no mercado;

2.4.1.2. Possuir suporte a velocidades de barramento de sistema (*system bus*) compatíveis com o processador, placas controladoras e com a memória solicitada;

2.4.1.3. Possuir tecnologia de segurança TPM (*Trusted Platform Module*), versão 2.0 ou superior, integrado à placa principal;

2.4.1.4. Possuir BIOS com suporte a UEFI;

2.4.1.5. Ser compatível com Windows 11 Pro, 64 bits, ou superior.

2.4.2. Deverá ser compatível com a memória solicitada obedecendo às seguintes características:

2.4.2.1. Possuir espaço (slots) para no mínimo, 2 (dois) pentes de memória do tipo DDR5-4400, ou superior;

2.4.2.2. Compatível com no mínimo 2 (dois) canais (*Dual Channel*);

2.4.2.3. Suportar expansão para, no mínimo, 32 GB (trinta e dois gigabytes) de memória RAM.



SENADO FEDERAL

2.4.3. Para a implementação e uso dos recursos que o TPM possui, em conjunto com o sistema de segurança oferecido, deverão ser fornecidos todos os programas de computador necessários para a utilização destas tecnologias.

2.5. Compatibilidade com Dispositivos Biométricos

2.5.1. A solução deverá ser compatível com os dispositivos de leitura biométrica atualmente utilizados na Comissão de Educação, especificamente com os leitores de impressão digital da marca DigiScan/FUTRONIC, modelo FS80H (USB 2.0). Essa compatibilidade deverá permitir o pleno funcionamento do dispositivo, inclusive a captura, leitura, verificação e autenticação biométrica dos usuários, sem a necessidade de substituição de *hardware*.

2.5.2. A compatibilidade poderá ser demonstrada por:

2.5.2.1. declaração formal do fabricante ou distribuidor da solução;

2.5.2.2. documentação técnica oficial da solução ou do dispositivo que comprove a interoperabilidade; ou

2.5.2.3. realização de testes de homologação durante a fase de implantação.

2.6. BIOS / UEFI

2.6.1. Considerando a necessidade de cadastramento patrimonial dos equipamentos, bem como a ativação do Sistema Operacional via *hardware* de forma automática, o BIOS dos produtos deverá obedecer às seguintes características:

2.6.1.1. Deverá possuir campo apropriado para a gravação de informações patrimoniais (*Asset Tag*);

2.6.1.2. Permitir a colocação de no mínimo 15 (quinze) caracteres, compostos do endereço lógico e patrimônio, no campo *Asset Tag*;

2.6.1.3. Ser compatível com a tecnologia OEM 3.0, possuindo a chave de ativação do Windows gravada na mesma, para que o Windows possa ser ativado automaticamente.

2.6.2. Os equipamentos deverão ser entregues com o campo *Asset Tag* do BIOS preenchidos, conforme lista previamente enviada pelo contratante;



SENADO FEDERAL

2.6.3. Além das características citadas acima, o BIOS deverá atender ao que segue:

2.6.3.1. Ter sido lançado a partir de 2019 e entregue na versão mais atual disponibilizada pela fabricante;

2.6.3.2. Ter sido desenvolvido pelo próprio fabricante do equipamento, ou com direitos de *copyright*, garantindo que o fabricante possui direito de livre edição do BIOS, com capacidade de implementar atualizações e correções de segurança, informando o modelo e a versão dele. Caso o BIOS seja ofertado em regime de *copyright*, o fabricante do BIOS deverá atestar que o fabricante do equipamento possui livre direito de edição sobre ele, garantindo assim adaptabilidade e manutenibilidade do conjunto adquirido;

2.6.3.3. Possuir sistema de autorrecuperação em caso de falha, restabelecendo o BIOS a partir de uma cópia segura disponível no próprio equipamento;

2.6.3.4. Suportar o recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot Execution Environment);

2.6.3.5. Suportar ACPI 2.0 (*Advanced Configuration and Power Interface*) com controle automático de rotação do ventilador da CPU;

2.6.3.6. Suportar a tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T;

2.6.3.7. Possuir a funcionalidade de salvar as configurações do BIOS e recuperação posterior;

2.6.3.8. Suportar atualizações remotas via *software*;

2.6.3.9. Suportar boot por meio de *pendrive*, ou disco conectado a uma porta USB;

2.6.3.10. Suportar a autenticação IEEE 802.1x nas interfaces de rede integradas para autenticação na rede corporativa, mesmo sem que o sistema operacional tenha sido inicializado;

2.6.3.11. Possuir ferramenta de diagnóstico de saúde de hardware para, no mínimo: processador, memória RAM, dispositivos de armazenamento, controladoras de vídeo



SENADO FEDERAL

e comunicação, com execução de testes independente do estado/versão do sistema operacional;

2.6.3.12. Estar em conformidade com a norma NIST 800-147, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passá-lo o controle de execução, devendo ser entregue, junto da proposta, documento ou declaração do fabricante que comprove este atendimento;

2.6.3.13. Caso não esteja em conformidade com a norma NIST 800-147 deverá atender as seguintes funcionalidades:

2.6.3.13.1. Possuir mecanismos de *hardware* ou *software* que executem autorreparo do BIOS e *firmware* quando corrompidos ou adulterados, usando uma cópia íntegra que deve estar armazenada em área segura no *hardware*;

2.6.3.13.2. Possuir sistema de verificação que garanta ao menos que apenas imagens confiáveis do código do BIOS sejam executadas e que também impeça a execução de *rootkits*, vírus e *malwares*;

2.6.3.13.3. Tal verificação deve ser executada durante a inicialização computador;

2.6.3.13.4. Possuir *log* de eventos gerados pelo BIOS e *firmware* do sistema que grave os registros críticos;

2.6.3.13.5. Utilizar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade do BIOS antes de passá-lo o controle de execução do *hardware*.

2.6.4. O fabricante deverá comprovar ser membro da *Unified Extensible Firmware Interface* (UEFI – <http://www.uefi.org/members>), atestando que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior;

2.6.5. O fabricante do equipamento deverá disponibilizar todas as atualizações de BIOS, inclusive com versões anteriores, permitindo assim a escolha pelo *upgrade* ou *downgrade*.

2.7. Gerenciamento *Out-Of-Band* (OOBM)



SENADO FEDERAL

2.7.1. O equipamento entregue deverá permitir, por meio de código de acesso ou senha, acessar e controlar o vídeo, o mouse e o teclado dos usuários, dando acesso gráfico também ao BIOS e ao POST da máquina, independentemente do estado ou versão do sistema operacional, através de protocolo TCP/IP. Todo o *hardware* necessário para suportar esta funcionalidade (placa principal, placa de rede e processador) também fazem parte do escopo de contratação;

2.7.2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado remotamente pelo gerenciamento *out-of-band*;

2.7.3. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa principal deverão poder ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial junto à máquina.

2.8. Unidades de armazenamento

2.8.1. O equipamento deverá ser entregue com uma unidade de disco de estado sólido (SSD do tipo M.2) para o sistema operacional e aplicativos do usuário, conectado diretamente à placa principal através de interface do tipo PCI-e Gen 4 x4 com NVMe. Esta unidade deverá ter capacidade mínima de 240 GB (duzentos e quarenta *gigabytes*) e desempenho mínimo de 2400MB/s para leitura sequencial e de 1600MB/s para gravação sequencial. Esses valores serão aferidos através de *software* de medição de desempenho de disco, a saber: CrystalDiskMark (*software* gratuito);

2.8.2. O equipamento deverá permitir a instalação de um segundo dispositivo de armazenamento interno, padrão SATA 3.0 ou superior, contendo todos os componentes necessários para sua instalação (cabos, fonte etc.). O segundo dispositivo de armazenamento em questão não deverá ser fornecido pela contratada.

2.9. Controladora de vídeo

2.9.1. A controladora de vídeo entregue deverá:

2.9.1.1. Ser do tipo integrada ou off-board. Caso seja integrada à placa principal, deverá ter capacidade mínima de 1 (um) gigabyte de memória dinâmica, compartilhada



SENADO FEDERAL

ou não com a memória RAM do sistema. Caso seja off-board, deverá ter capacidade mínima de 1 (um) *gigabyte* de memória dedicada;

2.9.1.2. Possuir pelo menos 1 (um) conectores para monitor de vídeo externo sendo HDMI ou DVI ou DisplayPort;

2.9.1.2.1. Não será aceito o uso de adaptadores.

2.9.1.3. Possuir suporte a DirectX 12 ou superior.

2.10. Comunicação

2.10.1. O equipamento entregue deverá possuir controladora de rede local *Ethernet*, integrada, LAN - 100/1000 Mbps, "AUTOSENSING", com interface UTP RJ-45 fêmea;

2.10.2. Não serão aceitos dispositivos do tipo USB, PCMCIA, EXPRESS CARD ou similares.

2.11. Conexões externas mínimas integradas

2.11.1. O equipamento entregue deverá possuir, pelo menos, 6 (seis) portas padrão USB (*Universal Serial Bus*), integradas ao gabinete, sendo:

2.11.1.1. No mínimo 4 (quatro) portas de padrão USB 3.x ou superiores;

2.11.1.2. Ao menos uma das portas de padrão USB 3.x deverá ser do tipo USB-C;

2.11.1.3. Não será aceito o uso de adaptadores;

2.11.2. O equipamento entregue deverá permitir a conexão de fones de ouvido e microfones, obedecendo às características:

2.11.2.1. Deverá possuir ao menos 1 (um) conector de entrada para microfone;

2.11.2.2. Deverá possuir ao menos 1 (um) conector de saída de áudio;

2.11.2.3. Os conectores de entrada de microfone e saída de áudio, referidos acima, podem ser substituídos por um do tipo combo.



SENADO FEDERAL

2.12. Gabinetes, som, acessórios, dispositivos adicionais e outras características

2.12.1. O equipamento deverá ser entregue com 1 (um) teclado, obedecendo às características:

2.12.1.1. Acentuação na língua portuguesa, incluindo a cedilha e caracteres especiais;

2.12.1.2. Possuir no mínimo 104 teclas;

2.12.1.3. Possuir total compatibilidade com o padrão ABNT2;

2.12.1.4. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.12.1.5. A conexão do teclado ao computador deverá ser com fio na porta USB, ou sem fio com adaptador;

2.12.1.6. Deverá incluir teclado numérico destacado, disposto à direita do periférico;

2.12.1.7. Deverá seguir o mesmo padrão de cores do gabinete.

2.12.2. O equipamento deverá ser entregue com 1 (um) mouse com fio conectado na porta USB ou sem fio com adaptador, do mesmo padrão de cores do gabinete.

2.12.2.1. Deverá ser do mesmo fabricante do desktop ou fabricado sob sua especificação para uso exclusivo (OEM, homologado pelo fabricante do desktop).

2.12.3. O equipamento deverá possuir controladora de Áudio, obedecendo às características:

2.12.3.1. Capacidade de gravar e reproduzir sons simultaneamente;

2.12.3.2. Compatível com o protocolo ASIO ou Windows Driver Model da Microsoft;

2.12.3.3. Suporte a DirectX 12 ou superior.

2.12.4. O equipamento deverá ser em graduação da cor preta ao cinza, uma cor ou combinação dessas;

2.12.5. O gabinete deverá possuir sistema de resfriamento, monitorado pelo BIOS, dimensionado para a perfeita refrigeração dos componentes internos;



SENADO FEDERAL

2.12.6. O gabinete deverá possuir um botão de acionamento (liga/desliga), além de LEDs indicadores de funcionamento (*power on*) e de atividade da unidade de armazenamento;

2.12.7. O gabinete deverá possuir volume de 1.200 cm³, utilizável na posição vertical ou horizontal, sem prejuízo das funcionalidades estabilidade ou desempenho;

2.12.7.1. Será aceita uma variação de até 5% na medida indicada, individualmente ou no volume total;

2.12.7.2. O modelo ofertado deve se enquadrar na categoria Small Form Factor Mini ou Micro Form Factor.

2.13. Alimentação elétrica

2.13.1. O equipamento deverá ser entregue com fonte de alimentação bivolt automática de 100-240 volts, 50-60Hz com potência suficiente para seu perfeito funcionamento, inclusive com uma segunda unidade de armazenamento e uma segunda controladora de vídeo (de acordo com o item 2.9. Controladora de Vídeo deste anexo), ambas instaladas;

2.13.2. A fonte de alimentação ofertada deverá conter o recurso de fator de correção de energia ativa ou passiva - “PFC” (Power Factor Correction).

2.14. Monitor

2.14.1. O equipamento deverá ser entregue com monitor com as seguintes características:

2.14.1.1. Área visível de, no mínimo 15” (quinze polegadas) e no máximo 15,6” (quinze e seis décimos de polegadas) medida na diagonal;

2.14.1.1.1. As dimensões do monitor deverão ser compatíveis com a abertura na mesa de trabalho do parlamentar, a ser executada pela contratada conforme Anexo 3 do edital.

2.14.1.2. Tela sensível ao toque e multitoque de, no mínimo, 10 pontos;

2.14.1.3. Resolução de, no mínimo, 1920 x 1080;

2.14.1.4. Taxa de atualização (refresh) de, no mínimo, 60Hz em sua resolução máxima;



SENADO FEDERAL

2.14.1.5. Brilho de, no mínimo, 250 cd/m²;

2.14.1.6. Relação de contraste estático igual ou superior a 700:1;

2.14.1.7. Funções de ajuste de brilho e de contraste em OSD (on-screen display);

2.14.1.8. No mínimo, duas entradas de vídeo, sendo uma do tipo HDMI ou mini HDMI e outra do tipo DisplayPort (por meio de USB tipo C);

2.14.1.9. Alimentação: fonte interna ou externa automática 110/220 VAC, com entrada para conector IEC C13 (fêmea), padrão IEC 60320, 10A;

2.14.2. O equipamento entregue deverá ser do tipo “plug and play”, dispensando configuração do dispositivo ou intervenção do usuário para seu funcionamento.

2.15. Requisitos de segurança

2.15.1. O equipamento entregue deverá possuir mecanismo de controle de acesso ao interior do gabinete, por meio do uso de cadeado ou travas de segurança (padrões kensington, wedge etc.);

2.15.2. O equipamento entregue deverá possuir mecanismo de fixação do equipamento ao mobiliário por meio de uso de cabo de aço com comprimento de, no mínimo, 1,80 m (um metro e oitenta centímetros);

2.15.3. Os mecanismos de segurança física anteriores devem fazer parte da estrutura do gabinete do computador, originais de fabricação, não sendo aceitas soluções dependentes de adesivos, colas ou outras adaptações;

2.15.4. Os mecanismos de segurança física anteriores devem ser entregues com todos os acessórios necessários, como cabos, cadeados, parafusos, chaves etc.;

2.15.5. O equipamento entregue deverá possuir certificação emitida por órgão credenciado pelo INMETRO ou similar internacional, que comprove que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 62368 ou IEC 60950, que estabelece requisitos para segurança do usuário contra incidentes e combustão dos materiais elétricos;

2.15.6. O equipamento, em pleno funcionamento, deve observar a norma NBR 10152 ou similar internacional, quanto à emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades



SENADO FEDERAL

diversas, conforme laudo técnico gerado por entidade especializada, que deverá acompanhar a proposta.

2.16. Sistema operacional e programas

2.16.1. Será obrigatória a apresentação de todos os *drivers* e programas necessários ao funcionamento dos componentes dos equipamentos, acompanhados de instruções de instalação;

2.16.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos licenciados para o sistema operacional da Microsoft, "Windows 11 Pro" (ou mais recente), 64 bits, em português do Brasil, com sua chave de ativação gravada no BIOS.

2.17. Requisitos de documentação

2.17.1. É obrigatória a apresentação da documentação original do fabricante de todos os componentes ofertados na proposta técnica, em inglês e/ou português, incluindo manuais de operação, instalação e configuração, que possam atestar as características técnicas;

2.17.2. Entenda-se como documentação original do fabricante toda a informação disponibilizada pelo fabricante em seu sítio na Internet, referente aos equipamentos ofertados;

2.17.3. Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sítios da Internet, serão motivo de diligência, ou enviados para laboratório especializado.

2.18. Requisitos de compatibilidade

2.18.1. Todos os componentes, *drivers* e programas deverão ser compatíveis entre si e com o sistema operacional entregue.

2.19. Outros requisitos

2.19.1. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marca dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação/homologação;



SENADO FEDERAL

2.19.2. Caso o componente não se encontre mais disponível no mercado, deve-se observar que o componente substituto deve ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificações técnicas do componente fora de linha;

2.19.3. O fabricante do equipamento deverá garantir que todos os componentes do produto sejam novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estejam fora de linha de fabricação, por pelo menos 90 (noventa) dias após a publicação do edital;

2.19.4. Os equipamentos devem atender os critérios na Portaria nº 170, de 10 de abril de 2012, do Inmetro, a seguir:

2.19.4.1. fazer uso obrigatório do Selo de Identificação de Conformidade no modelo “Segurança e Desempenho”.

2.19.5. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos juntamente com seus respectivos cabos de energia.

2.20. Modelos de referência

2.20.1. Desktop

2.20.1.1. Dell Optiplex Micro 7020 ou similar

2.20.1.1.1. <https://www.dell.com/pt-br/shop/computadores-all-in-ones-e-workstations/desktop-optiplex-micro/spd/optiplex-7020-micro/>

2.20.2. Monitor

2.20.2.1. Viewsonic TD1655 ou similar

2.20.2.2. <https://www.viewsonic.com/br/td1655-15-6-portable-1080p-ips-touch-monitor-with-60w-usb-c-and-mini-hdmi.html>

2.20.3. Justificativa

2.20.3.1. A indicação do modelo de referência é justificada para assegurar uma descrição clara e precisa do objeto, garantindo que os requisitos técnicos e funcionais do periférico sejam plenamente compreendidos.



SENADO FEDERAL

2.20.3.2. A especificação desta marca não exclui a aceitação de outras marcas que atendam aos requisitos técnicos especificados.

3. Item 2 – Gabinete com mecanismo de elevação. Especificações técnicas:

3.1. A CONTRATADA deverá entregar a solução completa do gabinete com mecanismo de elevação, totalmente instalada, com todos os componentes necessários para o pleno funcionamento do sistema, conforme os requisitos a seguir.

3.2. Garantia de Funcionamento por 60 (sessenta) meses.

3.2.1. O serviço de garantia será prestado com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional ao SENADO, devendo englobar a remoção de problemas apresentados, quer sejam causados por materiais, mecanismos ou defeitos em componentes, contados da data do recebimento definitivo dos equipamentos, conforme Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 8), nos termos que seguem;

3.2.2. A garantia será em regime 10x5 (dez horas por dia e cinco dias por semana, ou seja, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, excluídos feriados) para reposição de peças, mão de obra e atendimento *on-site*, permanecendo a CONTRATADA totalmente responsável por tais serviços;

3.2.3. Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o SENADO, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

3.2.4. O tempo para o início da solução de defeitos deverá ser de até 2 (duas) horas úteis, assim entendidas as horas que estejam no intervalo de horário definido no item 3.2.2, contados a partir do momento de abertura do chamado de garantia;

3.2.5. O tempo de solução definitiva de defeitos deverá ser de até 5 (cinco) dias úteis, excluídos sábados, domingos e feriados, contados a partir do momento de abertura do chamado de garantia;



SENADO FEDERAL

3.2.6. O conserto rápido, assim como a retirada e devolução do equipamento, caso **ele** precise ser removido, deverá acontecer no Serviço de Administração de Equipamentos – SAEQUI, na Via N2 Bloco 16 – Galpão da COATEN/SAEQUI, do Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal;

3.2.7. O serviço de garantia poderá utilizar apenas peças e componentes originais e novos, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo SENADO.

3.3. Deverão ser fornecidos 23 (vinte e três) gabinetes metálicos com mecanismo elétrico de elevação e retração do monitor de vídeo, dos quais 20 (vinte) deverão ser instalados nas bancadas e 3 (três) serão destinados a reposição e uso em laboratório, conforme características a seguir:

3.3.1. Gabinete para embutir microcomputador e monitor nas bancadas dos plenários das comissões deve respeitar as dimensões máximas indicadas nas pranchas gráficas do Anexo 3 do edital;

3.3.2. Para cada estação deverá ser fornecido ainda um elevador acionado por motor elétrico;

3.3.3. O elevador deverá realizar o recolhimento automático do monitor à posição de repouso quando o sistema for alimentado eletricamente, ou a solução deve prover sistema de comando remoto para tal fim.

3.3.3.1. Caso seja necessário utilizar cabeamento de comando adicional, que permita o recolhimento simultâneo de todos os monitores do plenário, estes deverão ser instalados pela Contratada, utilizando a capacidade ociosa da infraestrutura existente.

3.3.3.1.1. Não haverá dilatação dos prazos de implantação neste caso.

3.3.4. Ao desligar o sistema, o monitor deverá ficar totalmente embutido na bancada em sua posição de repouso, podendo ser levado à posição de uso, acima da bancada, com um comando de toque que também ligará o terminal.

3.3.4.1. A CPU do microcomputador deverá ser montada dentro do gabinete, permitindo a elevação apenas do monitor.



SENADO FEDERAL

3.3.5. O comando de toque para acionamento do microcomputador e levantamento do monitor será feito por acionamento de botão, que deve estar na superfície à frente da bancada, voltado para o usuário, no intervalo entre seus dois tampos, conforme **Anexo 3** do edital.

3.3.5.1. O abaixamento do monitor, por comando de botão nas mesmas condições do acionamento, também desligará o microcomputador.

3.3.6. Na bancada da presidência da Comissão, deverá ser instalado um botão de acionamento capaz de elevar e retrain todos os monitores de maneira simultânea, com um único toque.

3.3.7. O monitor deverá ter uma inclinação de, pelo menos, 15° e, no máximo, 20° com a vertical quando em sua posição totalmente levantado.

3.3.8. O monitor e demais partes do sistema, em posição de uso, não devem exceder a altura de 30 cm em relação ao tampo superior da bancada.

3.3.9. Um conector para fones de ouvido no padrão P2-estéreo deverá ser montado rente à frente da bancada, voltado para o usuário, no intervalo entre seus dois tampos, e interligado à saída para fones de ouvido do microcomputador, conforme indicado no Anexo 3 do edital.

3.3.10. Pelo menos um conector USB do tipo A para carga elétrica de dispositivos móveis, com capacidade de corrente de, pelo menos, 1,5A cada.

3.3.10.1. Este deverá ser montado junto ao conector de fones de ouvido.

3.3.11. O gabinete e o elevador devem guardar compatibilidade física e elétrica com o item 1 (microcomputador e monitor sensível ao toque).

3.3.12. As dimensões do gabinete montado não deverão ultrapassar as medidas indicadas no Anexo 3 do edital.

3.3.13. O mecanismo de elevação deverá ser resistente a, ou protegido contra, derramamento de líquidos.



SENADO FEDERAL

3.3.14. O acabamento da moldura e da tampa da abertura para o monitor na face superior da bancada, e o acabamento externo dos gabinetes deverá ser em graduação da cor preta ao cinza, uma cor ou combinação dessas.

3.3.15. Juntamente com os gabinetes, a contratada deverá realizar todas as intervenções necessárias à adaptação das bancadas indicadas no Anexo 3 do edital, inclusive:

3.3.15.1. Cortes na bancada para instalação do gabinete e mecanismos de elevação.

3.3.15.2. Alteração de posição de saias de madeira e alumínio, inclusive com fornecimento de extensores, suportes, perfis metálicos etc.

3.3.15.3. Retiradas de infraestruturas existentes, e fornecimento e instalação de infraestruturas de elétrica e dados necessárias ao pleno funcionamento do sistema.

3.3.15.4. Proteção das bancadas e das áreas adjacentes no momento de intervenção; e

3.3.15.5. Limpeza geral do ambiente após a intervenção.

3.3.16. As intervenções necessárias devem estar em acordo com os documentos técnicos do Anexo 3 do edital.

4. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1. Será obrigatório que a licitante apresente, após o encerramento da fase de análise das propostas, a seguinte documentação, como comprovação dos requisitos de sustentabilidade exigidos para o objeto em alinhamento com o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS):

4.1.1. Certificação EPEAT nível bronze ou superior para os equipamentos ofertados. A certificação deverá ser emitida por entidade independente, reconhecida internacionalmente, e que ateste o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental para produtos eletrônicos;

4.1.2. Comprovante (mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova) que ateste que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da



SENADO FEDERAL

recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.3. Certificação EnergyStar, ou equivalente que atenda aos critérios de eficiência energética estabelecidos pelo Anexo E da Portaria nº 170/2012, do INMETRO.

Essas exigências **não** se aplicam ao item 2.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200. 010707/2025-34)

ANEXO 3

DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

Os documentos técnicos complementares compreendem:

As Pranchas gráficas;

As Fichas de Especificações e;

O Memorial Descritivo das intervenções de infraestrutura e marcenaria necessárias para consecução do objeto contratado.



SENADO FEDERAL

ANEXO 3A

PRANCHAS GRÁFICAS

Este arquivo será disponibilizado no Sistema Compras.gov.br

NOTA À COPEL: Anexo VIII do TR



SENADO FEDERAL

ANEXO 3B

FICHAS DE ESPECIFICAÇÕES

Este arquivo será disponibilizado no Sistema Compras.gov.br

NOTA À COPEL: Anexo VIII do TR



SENADO FEDERAL

ANEXO 3C

**MEMORIAL DESCRITIVO DAS INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA E
MARCENARIA PARA CONSECUÇÃO DO OBJETO**

Este arquivo será disponibilizado no Sistema Compras.gov.br

NOTA À COPEL: Anexo VIII do TR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200. 010707/2025-34)

ANEXO 4

TERMO DE SIGILO - LICITANTE

1. A licitante XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XX.XXX.XXX/0001-XX, atesta tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Senado Federal – SF, aceita regras, condições e obrigações constantes do presente termo.
2. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do SF reveladas ao signatário em função da vistoria realizada objeto do Edital PE XX/XXXX.
3. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
4. A empresa signatária compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do SF, das informações restritas reveladas.
5. A empresa signatária compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no Edital, as informações restritas reveladas.
6. A empresa signatária deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
7. A empresa signatária obriga-se a informar imediatamente ao SF qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.



SENADO FEDERAL

8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do SF, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o SF e o signatário sem qualquer ônus para o SF. Nesse caso, o signatário, estará sujeito, por ação ou omissão, além das eventuais multas definidas no contrato, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo SF, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de assinatura.
10. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o signatário assina por meio de seus representantes legais.

Brasília, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXX



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

ANEXO 5

TERMO DE SIGILO - VISTORIADOR

1. O colaborador (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o número XXX.XXX.XXX-XX e em nome da licitante XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XX.XXX.XXX/0001-XX atestam tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Senado Federal, aceitam regras, condições e obrigações constantes do presente termo.
2. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Senado Federal reveladas ao signatário em função da vistoria realizada objeto do Edital PE XX/XXXX.
3. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
4. A licitante e usuário signatário comprometem-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Senado Federal, das informações restritas reveladas.
5. A licitante e usuário signatário comprometem-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no Edital, as informações restritas reveladas.
6. A licitante e usuário signatário deverão cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
7. A licitante e usuário signatário obrigam-se a informar imediatamente ao Senado Federal qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenham tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.



SENADO FEDERAL

8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Senado Federal, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o Senado Federal e o signatário sem qualquer ônus para o Senado Federal. Nesse caso, o signatário, estará sujeito, por ação ou omissão, além das eventuais multas definidas no contrato, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Senado Federal, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de assinatura.

10. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o signatário assina por meio de seus representantes legais.

Brasília, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXX



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

ANEXO 6

TERMO DE SIGILO - CONTRATADA

A **União** por intermédio do **Senado Federal**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0004-68, doravante denominado SF e **NOME DA EMPRESA**, pessoa jurídica com sede na ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ..., doravante denominada contratada e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE SIGILO DA INFORMAÇÃO, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato SF Nº ..., celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, cujo objeto é a ..., mediante condições estabelecidas pelo SF;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a contratada tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SF de que a contratada tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

O SF estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES do SF, principalmente aquelas classificadas como SIGILOSAS, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

I - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo SENADO;

II - A contratada se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo SENADO, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES SIGILOSAS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo SENADO;

III - A contratada se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do SENADO;



SENADO FEDERAL

IV - O SF, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelarà para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA SIGILOSIDADE

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

II - Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

I - A contratada se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO;

II - A contratada se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do SENADO;

III - O consentimento mencionado inciso II acima, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

IV - A contratada se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES do SENADO;

V - A contratada deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do SENADO, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo SENADO;

V - Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO;

VI - O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual;

VII - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à contratada, são de única e exclusiva propriedade intelectual do SENADO;

VIII - A contratada firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;



SENADO FEDERAL

IX- A contratada obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

X - A contratada nunca poderá compartilhar INFORMAÇÕES e qualquer pedido sobre elas deverá ser encaminhado para deliberação do Senado.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

I - Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor durante a vigência do contrato.

A contratada não poderá, por si, compartilhar informações, mesmo após o término da vigência do contrato, e qualquer pedido sobre elas deverá ser encaminhado para deliberação do Senado, que é o proprietário das informações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo SENADO, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Este TERMO está vinculado ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

II - O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;

III - Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do SENADO;

IV - Salvo expressa determinação em contrário, o disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;



SENADO FEDERAL

V - A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE SIGILO DA INFORMAÇÃO, pela contratada, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, de de

Nome

Diretor

NOME DA EMPRESA

Brasília, de de

Nome



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

ANEXO 7

MODELO DE TERMO DE VISTORIA E DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante da Empresa]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]** e RG nº **[Número do RG]**, vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.

Local e data

(Representante do Senado Federal/Prodasen)

(Matrícula nº: _____)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que eu, **[Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa]**, **[Profissão]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]**, responsável técnico ou representante da empresa **[Nome da Empresa Licitante]**, estabelecida no(a) **[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]**, não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90101/2025

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

ANEXO 8

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando o **fornecimento e a instalação de equipamentos do tipo desktop com monitor e mecanismo de elevação novos, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, incluindo as obrigações acessórias de implantação, para instalação no Plenário 15 do Edifício Anexo 2 – Bloco C, Ala Alexandre Costa - Comissão de Educação.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____/____-__, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela __, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº __/20__, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.010707/2025-34, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento e a instalação de equipamentos do tipo desktop com monitor e mecanismo de elevação novos, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, incluindo as obrigações acessórias de implantação, para instalação no Plenário 15 do Edifício Anexo 2 – Bloco C, Ala Alexandre Costa - Comissão de Educação**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos que são partes integrantes deste contrato para todos os fins.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
 - a)** no caso de consórcio, comprovar a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas neste contrato e no edital, e será a representante das consorciadas perante a União, bem como comprovar o registro de constituição de consórcio.
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** – manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V** – manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no **Parágrafo Sexto** desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO - A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por mensagem eletrônica para o endereço NGCTI@senado.leg.br.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

A subcontratação do objeto deste contrato não será permitida.

PARÁGRAFO ÚNICO – Será permitido o consórcio entre empresas, nos termos do Capítulo III do Edital, para atender a integralidade do objeto deste contrato, do edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, **compreendendo o fornecimento e a instalação de equipamentos do tipo desktop com monitor e mecanismo de elevação novos, com garantia de funcionamento por 60 (sessenta) meses, incluindo as obrigações acessórias de implantação, para instalação no Plenário 15 do Edifício Anexo 2 – Bloco C, Ala Alexandre Costa - Comissão de Educação**, nos termos do disposto neste contrato, no edital e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá obedecer aos prazos descritos na tabela abaixo:

Evento	Descrição	Prazo
1	Reunião de Alinhamento	Até 10 (dez) dias úteis após a data de assinatura do contrato.
2	Entrega dos equipamentos e elementos complementares e acessórios descritos na tabela do Item 1 do Anexo 2 do edital	Até 60 (sessenta) dias corridos após a data de assinatura do contrato.
3	Objeto do contrato todo instalado e em pleno funcionamento	Até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos equipamentos.
4	Termo de Recebimento Provisório	Até 5 (cinco) dias úteis após a instalação do objeto.
5	Termo de Recebimento Definitivo	Até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
6	Início da Garantia de Funcionamento	A partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será realizada reunião de alinhamento no SENADO em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, conforme agendamento efetuado pelo fiscal do contrato, com a participação do gestor do contrato, membros da equipe de fiscalização do contrato e os responsáveis técnicos da CONTRATADA.

I – O prazo indicado no parágrafo acima poderá ser prorrogado a critério do SENADO;

II - A critério do SENADO, a reunião de alinhamento poderá ser realizada de forma virtual, por meio da plataforma *Microsoft Teams*;

III - A pauta desta reunião de alinhamento observará, pelo menos:

- Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da CONTRATADA;
- Identificação das expectativas e esclarecimento de possíveis dúvidas;
- Definição do procedimento de elaboração da imagem de disco padrão, para o Item 1 deste contrato, composta por sistema operacional, aplicativos e configurações necessárias ao correto funcionamento das estações de trabalho em seu ambiente operacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues, conforme especificações constantes do Anexo 2 do edital, sem custo adicional para o SENADO, no SAEQUI - Serviço de Administração de Equipamentos, situado na Via N2, Bloco 16 do SENADO, Brasília/DF, CEP 70.165-900, em dias úteis, das 8h às 17h.

I – Os equipamentos e demais acessórios deverão ser idênticos entre si, novos, não reconicionados e de primeiro uso, sendo permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto.

a) Não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias e, ainda, serem entregues em pleno estado de funcionamento.

II - Os produtos serão fornecidos em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante, marca, modelo, número de série, endereço e registro no órgão competente.

III - A entrega deverá ser agendada pelos telefones (61) 3303-2567 e (61) 3303-2560, ou por e-mail saequi@senado.leg.br, com um mínimo de 2 (dois) dias úteis de antecedência.

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo de garantia de funcionamento dos produtos deverá obedecer ao disposto no item 2.1, do Anexo 2 do edital (Especificações Técnicas), parte integrante deste contrato para todos os fins, com vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

I - A entrega do comprovante de garantia do fabricante não exclui a responsabilidade da CONTRATADA da prestação da garantia, nos termos constantes no Anexo 2 do edital, após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO – Efetivada a entrega e instalação, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

II – Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Constatadas irregularidades no equipamento entregue, o SENADO poderá:

I - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

II - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO - Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO NONO - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

I - Para os fins do parágrafo acima, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A instalação completa dos gabinetes com mecanismos de elevação, incluindo o sistema, sua infraestrutura, cabos e demais elementos acessórios e complementares, deverá seguir as diretrizes estabelecidas nos Anexos 2 e 3 do edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição produtos e/ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços e/ou fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Microcomputadores do tipo <i>desktop</i> com monitor (16 GB RAM, 240 GB SSD), conforme especificações do Anexo 2 do edital.	23	Unidade		
2	Gabinetes com mecanismos de elevação (incluída a instalação completa do sistema, com infraestrutura, cabos e elementos acessórios e complementares necessários), conforme especificações do Anexo 2 do edital.	23	Unidade		
Valor Total Estimado (R\$)					

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

Após decorridos 12 (doze) meses de celebração deste contrato o preço poderá ser reajustado, desde que a extensão da vigência não seja atribuível exclusivamente à CONTRATADA, observada a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Natureza de Despesa 449052, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de ____ de 20__.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, para renová-la ou complementá-la, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

- I** – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II** – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;
- III** – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

- I** – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.
- II** – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo do 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO



SENADO FEDERAL

deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar; e
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

- I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

- I** - 4% (quatro por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- II** - 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);
- III** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

PARÁGRAFO SEXTO - O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.



SENADO FEDERAL

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO NONO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na Cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Segundo e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Décimo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Senado Federal;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Segundo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato, firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado, terá vigência da data de sua assinatura até 60 (sessenta) meses consecutivos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos bens, autorizada a prorrogação na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__



SENADO FEDERAL

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20__

(Processo nº 00200.010707/2025-34)

ANEXO 9

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
E-mail:					
Dados Bancários:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não					
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.